

DE OLIVEIRA JUNIOR	CJ-2 - COORD	NATAL / RN	BRASÍLIA / DF	a 14/04 /2023	3,5	632,00	68,00	215,04	2.064,96
RODRIGO VILARIM ARTINS	TECNICO JUDICIARIO / FC-06 - CHEFE DE CARTÓRIO ELEITORAL	NATAL / RN	BRASÍLIA / DF	11/04 /2023 a 14/04 /2023	3,5	632,00	68,00	215,04	2.064,96
THIAGO DE MEDEIROS DANTAS	FC-01 - ASSISTENTE I	NATAL / RN	BRASÍLIA / DF	11/04 /2023 a 14/04 /2023	3,5	632,00	68,00	215,04	2.064,96
TOTAL								860,16	8.259,84
Participar do "1º Fórum Nacional de Estatística Processual e Gestão Processual Eleitoral", nos dias 12 e 13/04/2023									

ATOS DA CORREGEDORIA

PROVIMENTOS

PROVIMENTO Nº 3, DE 10 DE ABRIL DE 2023 *

Dispõe sobre a 2ª Fase da retomada da coleta de dados biométricos no atendimento de rotina a eleitoras e eleitores do Estado do Rio Grande do Norte, a partir dos dias 26 e 27 de abril de 2023.

O CORREGEDOR REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 22, inciso II, do Regimento Interno do TRE/RN;

Considerando o disposto no Provimento CGE nº 7/2022, que trata da retomada gradual da coleta de dados biométricos no atendimento de rotina a eleitoras e eleitores, no âmbito nacional;

Considerando a necessidade de regulamentar o atendimento biométrico nesta unidade da federação;

Considerando a existência de condições de segurança sanitária que permitam a coleta de dados biométricos de eleitoras e eleitores,

RESOLVE:

Art. 1º As operações do Cadastro Eleitoral, reiniciadas desde 8 de novembro de 2022, foram acrescidas da coleta de dados biométricos nos atendimentos de rotina das zonas eleitorais da Capital, em 30 de março de 2023, estando a 2ª Fase de implementação prevista para ocorrer a partir dos dias 26 e 27 de abril de 2023, nas zonas eleitorais e nas centrais de atendimento relacionados no anexo deste Provimento.

§ 1º O atendimento a eleitoras e eleitores será realizado nas modalidades presencial e virtual.

§ 2º Em ambas as modalidades, será dispensada a coleta de dados biométricos de eleitoras e eleitores quando houver, nos bancos de dados da Justiça Eleitoral imagens, com qualidade satisfatória, da foto, das digitais dos dez dedos e da assinatura digitalizada da pessoa requerente.

§ 3º Para as Zonas Eleitorais ainda não contempladas nos cronogramas de retomada de coleta biométrica as operações do cadastro eleitoral poderão ser efetivadas mesmo que não preenchidas as condições previstas no § 2º deste artigo.

§ 4º A ferramenta destinada ao atendimento virtual deverá estar preparada para identificar se a zona eleitoral a que se dirige a solicitação da eleitora ou do eleitor se encontra, ou não, coletando dados biométricos, de modo a informar, quando for o caso, que é indispensável o comparecimento da pessoa requerente ao cartório para completar o atendimento, no prazo de 30 dias, findo o qual, se não for adotada essa providência pela pessoa interessada, o requerimento prévio será excluído do sistema ([art. 45, § 4º, da Res.-TSE nº 23.659/2021](#)).

Art. 2º Iniciada a coleta de dados biométricos no âmbito de cada zona eleitoral, o Tribunal Regional poderá determinar a suspensão do procedimento em zonas eleitorais específicas, mediante requerimento fundamentado do juiz ou da juíza eleitoral responsável, em que se aponte a inexistência de kits de coleta biométrica em pleno funcionamento e em número adequado para a continuidade do serviço.

§ 1º Ao examinar o requerimento, o TRE/RN avaliará a possibilidade de remanejamento imediato de kits em seu âmbito territorial.

§ 2º A falha ou falta de equipamento que se referir exclusivamente ao *pad* de assinatura não será considerada para análise do requerimento de suspensão, devendo este Regional, nesta hipótese, orientar a zona eleitoral para coletar a assinatura no Requerimento de Alistamento Eleitoral (RAE) impresso.

§3º Constatada a inviabilidade de execução adequada da coleta biométrica pela zona eleitoral requerente, o TRE/RN determinará sua suspensão por, no máximo, 15 dias.

§ 4º Durante o período de suspensão, o Tribunal priorizará a adoção de medidas necessárias para a normalização do funcionamento do serviço de coleta de dados biométricos, mediante remanejamento de máquinas, recuperação de equipamentos danificados ou tratativas junto ao Tribunal Superior Eleitoral para recomposição de seu parque tecnológico.

§ 5º Findo o período de suspensão, este Regional avaliará a necessidade de prorrogação, por igual período, tantas vezes quantas sejam necessárias até a solução definitiva do problema.

§ 6º Os atos praticados com fundamento no presente artigo deverão ser informados ao Tribunal Superior Eleitoral, para ciência da Presidência, da Corregedoria-Geral Eleitoral, da Secretaria de Tecnologia da Informação e da Secretaria de Modernização, Gestão Estratégica e Socioambiental.

Art. 3º O cronograma de retomada da coleta biométrica por este Tribunal, fixado pela Diretoria-Geral do TRE/RN, foi iniciado com o Projeto-piloto, em 30 de março de 2023, nas zonas eleitorais da capital e nas respectivas centrais de atendimento, sendo dada a continuidade com a implementação da 2ª Fase, a partir dos dias 26 e 27 de abril de 2023, conforme expediente anexo. [anexo do Provimento Nº 3 de 10 de abril de 2023.pdf](#)

§ 1º A retomada gradual pelas demais zonas eleitorais ocorrerá de acordo com os cronogramas a serem divulgados oportunamente.

§ 2º A inclusão de zonas nas demais etapas dependerá da avaliação das áreas técnicas do TRE /RN quanto à existência de kits em número e em condições adequadas para a prestação do serviço e quanto ao dimensionamento do suporte a ser prestado pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Eleições do TRE/RN.

§ 3º Durante a execução de quaisquer das etapas, eventuais dificuldades técnicas, em especial as decorrentes de mau funcionamento de equipamentos ou incompatibilidades de sistemas, deverão ser imediatamente reportadas à Secretaria de Tecnologia da Informação e Eleições do TRE/RN, visando à adequação das rotinas.

Art. 4º As unidades técnicas competentes do TRE/RN, deverão:

I - dar ampla divulgação à retomada da coleta biométrica no âmbito desta circunscrição e a eventuais providências determinadas nos termos do art. 2º deste Provimento;

II - coordenar as atividades de testagem dos kits biométricos e reportar dificuldades técnicas às unidades competentes TRE/RN;

III - adotar providências para a correta orientação de servidoras, servidores, colaboradoras e colaboradores quanto às rotinas a serem adotadas para a realização adequada de coleta biométrica.

Art. 5º A forma de complementação de dados biométricos, no caso de operações realizadas nos termos do [§ 3º do art. 4º da Res.-TSE nº 23.667/2021](#), será retomada concomitantemente à coleta biométrica regulamentada neste Provimento, devendo ser promovida pela Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial deste Regional a divulgação às eleitoras e aos eleitores acerca da disponibilidade da coleta biométrica, para que aqueles que ainda não efetuaram seus registros biométricos compareçam de forma gradual aos cartórios e às respectivas centrais para o atendimento em referência.

Art. 6º A Secretaria de Tecnologia da Informação e Eleições do TRE/RN expedirá as orientações técnicas complementares que se fizerem necessárias à fiel execução deste Provimento.

Art. 7º. Este Provimento entra em vigor na data da publicação

Publique-se. Comunique-se.

Natal, 10 de abril de 2023

Desembargador Expedito Ferreira de Souza

Corregedor Regional Eleitoral

*REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

GABINETE DO DESEMBARGADOR EXPEDITO FERREIRA DE SOUZA

DECISÕES E DESPACHOS

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA(156) Nº 0601527-44.2018.6.20.0000

PROCESSO : 0601527-44.2018.6.20.0000 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (Natal - RN)

RELATOR : **Relatoria Vice-Presidência**

Destinatário : Terceiros interessados

FISCAL DA LEI : PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL / RN

REQUERENTE : ADVOCACIA GERAL DA UNIAO

REQUERIDA : EDIESSE SOUSA COSTA FILHA

ADVOGADO : AMOS DO VALE MORAIS (16065/RN)

REQUERIDA : ELEICAO 2018 EDIESSE SOUSA COSTA FILHA DEPUTADO FEDERAL

ADVOGADO : AMOS DO VALE MORAIS (16065/RN)

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156) Nº 0601527-44.2018.6.20.0000

ASSUNTO: EXECUÇÃO - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

REQUERENTE: ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

REQUERIDA: ELEIÇÃO 2018 - EDIESSE SOUSA COSTA FILHA - DEPUTADO FEDERAL

ADVOGADO: AMOS DO VALE MORAIS, OAB/RN Nº 16065

REQUERIDA: EDIESSE SOUSA COSTA FILHA

ADVOGADO: AMOS DO VALE MORAIS, OAB/RN Nº 16065

RELATOR: DESEMBARGADOR EXPEDITO FERREIRA